



Ministério da Saúde  
Programa Especial de Saúde do Rio Doce

**NOTA TÉCNICA Nº 22/2025**

**Câmara Técnica de Saúde do Programa Especial de Saúde do Rio Doce**

**Assunto:** Avaliação do Plano de Ação de Saúde do município de Aracruz/ES.

Considerando a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Considerando o Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão.

Considerando o do Anexo 8 do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, que trata do programa Especial de Saúde do Rio Doce,

Considerando a Resolução nº 3 do Comitê Especial Tripartite, que aprova as Diretrizes para a Elaboração dos Planos de Ação em Saúde no âmbito do Programa Especial de Saúde do Rio Doce,

Trata-se a presente Nota Técnica de avaliação do Plano de Ação em Saúde do município de Aracruz/ES com vistas à validação do documento pelos membros da Câmara Técnica de Saúde e posterior aprovação de resolução no Comitê Especial Tripartite (CET).

**1. INSTRUÇÃO**

O Plano de Ação em Saúde do município de Aracruz/ES foi elaborado em conformidade com as *Diretrizes para a Elaboração dos Planos de Ação do Programa Especial de Saúde do Rio Doce*, aprovada pela Resolução nº 3 do Comitê Especial Tripartite (CET).

O Plano de Ação foi apresentado à Câmara Técnica por meio de submissão à plataforma do Programa Especial de Saúde do Rio Doce (PES Rio Doce), devidamente assinado pelo(a) secretário(a) municipal de saúde e com a anuência do Conselho Municipal de Saúde.

**2. ANÁLISE**

A elaboração do Diagnóstico Situacional de Saúde em contextos de recuperação pós desastres consiste em uma estratégia primordial para orientar a tomada de decisão e a identificação das ações e medidas necessárias em decorrência dos danos e impactos.

Para a elaboração do Diagnóstico Situacional de Saúde, deve ser avaliado, minimamente, o seguinte conjunto de dados e informações:

- ✓ Perfil socioeconômico, produtivo e demográfico do território;
- ✓ Perfil epidemiológico do território;
- ✓ Estrutura da rede e serviços de saúde instalados e existentes no território

O município de Aracruz/ES submeteu via plataforma documento(s) em formato de arquivo PDF contendo informações gerais, o Diagnóstico Situacional de Saúde e as ações propostas, segundo os eixos definidos nas Diretrizes para a Elaboração dos Planos de Ação em Saúde.



Ministério da Saúde

Programa Especial de Saúde do Rio Doce

**As informações pormenorizadas podem ser acessadas nesse documento.**

**Setores econômicos predominantes:** Aracruz está localizado no litoral norte do Espírito Santo, a aproximadamente 84 km da capital, Vitória. Com uma área de 1.420 km<sup>2</sup>, o município é dividido em cinco distritos e apresenta clima tropical litorâneo, relevo predominantemente plano e vegetação originalmente composta por Mata Atlântica, hoje modificada por atividades agropecuárias e industriais.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o município registrou, em 2010, um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,752, classificado como médio, com destaque para a dimensão Longevidade (0,838). Em 2020, seu PIB per capita foi de R\$ 50.628,97, situando Aracruz entre os municípios mais economicamente relevantes do estado.

A economia local é diversificada e robusta, com forte presença do setor industrial, especialmente na produção de celulose, liderada por empresas como a Suzano. O parque industrial do município também abriga indústrias de peróxido de hidrogênio, petróleo, gás natural, além de metalmecânicas e eletrônicas. A agropecuária também é significativa, com destaque para o cultivo de frutas, hortaliças e a produção pecuária. O comércio e os serviços acompanham o crescimento populacional e industrial, ampliando o acesso a bens, educação, saúde e outros serviços. O turismo, por sua vez, é favorecido por praias, reservas indígenas e áreas de preservação ambiental, impulsionando o turismo ecológico, histórico e cultural. Esses setores, interligados, sustentam uma economia em expansão e com boa capacidade de geração de emprego e renda.

**Cenário epidemiológico:** em 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana-MG, liberou cerca de 40 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos, que percorreram o Rio Doce até o mar, impactando áreas estuarinas e costeiras do Espírito Santo, incluindo o município de Aracruz. A tragédia afetou populações que dependem da pesca e da coleta de mariscos, atingindo também Unidades de Conservação e atividades econômicas locais como turismo, artesanato e comércio de pescado.

A proibição da pesca e o preconceito na comercialização agravaram a perda de renda das comunidades. O desastre gerou mudanças significativas no modo de vida, aumento da vulnerabilidade social, migração e elevação da demanda por serviços de saúde. As unidades básicas passaram a atender não apenas por motivos de saúde, mas também para comprovação de residência, o que sobrecarregou o sistema.

Em resposta, a Secretaria Municipal de Saúde de Aracruz realizou uma análise comparativa dos dados de 2012 a 2019 (exceto 2020), com destaque para o crescimento populacional de 6,4% e o aumento de 67% nos atendimentos da Atenção Básica em 2019, comparado a 2015. Das unidades existentes, 11 estão localizadas em áreas reconhecidamente impactadas pelo desastre.

Entre 2016 e 2018, houve um aumento de 34% no número de atendimentos na Atenção Básica. Em 2019, foram registrados 284.063 atendimentos, representando um crescimento de 67% em relação a 2015, ano do desastre. Como o sistema MV Consulfarma foi implantado em 2013, não foi possível analisar os dados de 2012 para comparar quatro anos antes do desastre, razão pela qual os dados de 2019 foram tratados separadamente.

O perfil epidemiológico do município de Aracruz-ES revela um aumento significativo nos casos de violência interpessoal e autoprovocada, que incluem comportamentos suicidas e violência doméstica ou intrafamiliar, entre 2012 e 2019. A comparação entre os períodos pré-desastre



## Ministério da Saúde

### Programa Especial de Saúde do Rio Doce

(2012 a 2015) e pós-desastre (2016 a 2019) aponta um crescimento de 614% nesses agravos, indicando um impacto importante da tragédia na saúde mental e social da população.

Além disso, foram observados aumentos expressivos em diversas doenças e agravos após o desastre, como acidentes por animais peçonhentos (159%), AIDS (78%), dengue (2.133%), doença aguda pelo vírus Zika (66%), gestantes com HIV (466%), malária (466%), sífilis em gestantes (125%) e sífilis não especificada (231%). Esses dados reforçam a complexidade dos efeitos na saúde pública local.

Os indicadores de morbidade evidenciam mudanças significativas nas causas de internação hospitalar no município. Comparando os períodos antes e depois do desastre, houve aumento em várias categorias: 42% em lesões e envenenamentos; 38% em doenças do aparelho circulatório e digestivo; 36% em doenças infecciosas e parasitárias; 31% em doenças do aparelho geniturinário; 34% em doenças respiratórias e de pele; 65% em neoplasias; 32% em afecções perinatais; e 13% em casos relacionados à gravidez, parto e puerpério. Esses aumentos indicam um crescimento geral no adoecimento da população, possivelmente relacionado a múltiplos fatores, incluindo os efeitos diretos e indiretos do desastre.

Quanto à mortalidade, os principais óbitos registrados entre 2010 e 2019 foram causados por neoplasias malignas e doenças do coração, seguidos por acidentes, doenças cerebrovasculares e agressões. Esses dados ressaltam a necessidade de políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessas condições prioritárias.

Em resumo, o perfil epidemiológico de Aracruz aponta para um cenário de crescente vulnerabilidade à saúde, com destaque para os impactos da violência, doenças infecciosas, crônicas e consequências do desastre ambiental ocorrido, exigindo planejamento estratégico e ações integradas para melhorar a saúde da população local.

**Descrição da rede de saúde:** o município de Aracruz, no Espírito Santo, possui uma rede de saúde estruturada e em constante processo de qualificação, com foco na ampliação do acesso, na integralidade do cuidado e na resolutividade dos serviços prestados à população.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é reconhecida como porta de entrada prioritária do SUS no município, com 16 Unidades Básicas de Saúde (UBS) distribuídas estrategicamente entre áreas urbanas e rurais. Essas unidades contam com equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Equipes Multiprofissionais na Atenção à Saúde (Emulti), garantindo cobertura ampliada e acompanhamento longitudinal das famílias.

Na área indígena, Aracruz dispõe de 5 UBS Indígenas, sob responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), todas com equipes completas da ESF Indígena. A cobertura assistencial é de 100% da população indígena, com apoio de profissionais como nutricionista, psicólogo, assistente social e farmacêutico.

A cobertura populacional estimada da ESF no município é de 90,81% e de 20,5% em Saúde Bucal, segundo dados do SISAB e e-Gestor AB. As unidades oferecem serviços essenciais como vacinação, pré-natal, acompanhamento de doenças crônicas, saúde mental, visitas domiciliares e ações de promoção da saúde. O município também investe em informatização, infraestrutura física e qualificação profissional por meio da educação permanente.

Na média complexidade, a rede conta com o Centro de Especialidades Médicas (CEM), Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT) e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), além de serviços contratualizados em diversas especialidades.



## Ministério da Saúde

### Programa Especial de Saúde do Rio Doce

A Rede de Urgência e Emergência (RUE) é composta pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), Pronto Atendimento Infantil (PAI), Pronto-Socorro Municipal e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), que garantem assistência contínua aos casos agudos e de maior gravidade.

Na área de reabilitação, o município oferta serviços próprios e contratualizados, integrados à RAS, com enfoque na reabilitação física e intelectual. Aracruz dispõe de um serviço conveniado na modalidade Centro Especializado em Reabilitação (CER) Tipo II, que oferece atendimentos em fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia para pessoas com deficiência física, intelectual, transtornos do neurodesenvolvimento e condições crônicas.

A Vigilância em Saúde também compõe a rede, com atuação nas áreas epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador. A gestão ainda mantém uma farmácia municipal e realiza ações sistemáticas de monitoramento e controle de agravos, além de ações educativas em saúde.

A rede de saúde de Aracruz busca integração entre os níveis de atenção (básica, média e alta complexidade), fortalecimento da regulação, regionalização da assistência e qualificação contínua dos profissionais, consolidando uma base sólida para o cuidado em saúde e a melhoria dos indicadores do município.

### 2.1 Eixos de Atuação do Programa

O Programa Especial de Saúde do Rio Doce é composto por 6 (seis) eixos que deverão ser utilizados para a organização e estruturação das ações e estratégias propostas nos Planos de Ação. Assim, cada atividade proposta deverá se referir a um destes eixos:

- Eixo 1 - Fortalecimento e ampliação dos serviços de Atenção à Saúde
- Eixo 2 - Fortalecimento e ampliação das ações e serviços de Vigilância em Saúde
- Eixo 3 - Fortalecimento, ampliação e melhorias da infraestrutura de saúde
- Eixo 4 - Melhoria das práticas de gestão em saúde
- Eixo 5 - Ações de inteligência e ciências de dados e serviços de saúde digital
- Eixo 6 - Formação e educação permanente

O Plano do município de Aracruz/ES contemplou as seguintes ações:

Plano de Ação de Saúde do município de Aracruz/ES
<b>Eixo 1 - Fortalecimento e ampliação dos serviços de Atenção à Saúde</b>
Ação 1 – Contratar Profissional de Saúde para 01 Equipe volante para atender o território
Ação 2 – Construir uma Policlínica na Orla
Ação 3 - Adquirir equipamentos e mobiliários compatíveis com o estabelecimento de saúde - Policlínica a ser construída na Orla
Ação 4 - Implantar a prestação de serviço especializado a partir da contratação de serviço terceiro para gestão da policlínica.
Ação 5 – Ampliar a oferta de medicamentos na rede ambulatorial do município - REMUME, conforme perfil epidemiológico, garantindo abastecimento nas farmácias básicas das UBS e UBSI (indígenas).
<b>Eixo 2 – Fortalecimento e ampliação das ações e serviços de Vigilância em Saúde</b>
Ação 1 – Contratação de profissionais nível superior para atuação nas atividades de campo da vigilância ambiental





Ministério da Saúde  
Programa Especial de Saúde do Rio Doce

Ação 2 – Contratação profissionais de nível técnico para atuação em laboratório
Ação 3 – Locação de Veículos Utilitários para deslocamento de equipes e recolhimento de amostras para monitoramento
Ação 4 - Adquirir computadores equipados com software de geoprocessamento licenciado
Ação 5 - Aquisição de Licença para software de geoprocessamento para o monitoramento de áreas afetadas
Ação 6 – Contratação de profissionais de nível superior para atuar no monitoramento de áreas afetadas por exposição à agentes químicos
Ação 7 - Contratação de 01 profissional de nível superior para a análise de laudos e materiais técnicos recebidos do LACEN, quanto às amostras de contaminantes de água e solo.
Ação 8 - Aquisição de mobiliário e equipamentos de estruturação do atual laboratório do centro de controle de zoonoses e vigilância Ambiental - CCZVA
Ação 9 - Aquisição de Equipamentos, insumos e material de coleta de amostras (kits) para uso da Vigilância ambiental
Ação 10 - Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de mapeamento aéreo em áreas ambientais.
Ação 11 - Reforma e ampliação do Centro de Controle de Zoonoses e Vigilância ambiental
Ação 12 - Implantar o Serviço de Comunicação de Risco
Ação 13 - Construção de novo laboratório (de entomologia e malacologia) no Centro de Controle de Zoonoses e Vigilância ambiental.
<b>Eixo 3 – Fortalecimento, ampliação e melhorias da infraestrutura de saúde</b>
Ação 1 – Construir de Unidades Básicas de Saúde Tipo 4 - Barra do Riacho
Ação 2 – Estruturar um ambulatório para tratamento de feridas.
Ação 3 – Reformar e ampliar o Pronto Atendimento de Barra do Riacho.
Ação 4 - Aquisição de equipamentos para atender as instalações dos Pronto Atendimentos de Barra do Riacho e serviços de Urgência
<b>Eixo 4 - Melhoria das práticas de gestão em saúde</b>
Ação 1 – Mapeamento de processos, auditoria interna e qualificação.
Ação 2 – Promover oficinas de pactuações e monitoramento do Plano e ações de saúde com o Conselho Municipal de Saúde e Comunidades atingidas
Ação 3 – Realização de audiências periódica presenciais e online.
Ação 4 – Criação de Comissão de monitoramento das ações do Plano.
<b>Eixo 5 - Ações de inteligência e ciências de dados e serviços de saúde digital</b>
Ação 1 – Implementa BI conectado aos bancos de dados estaduais
Ação 2 – Implantar as Centrais de Autoatendimento em todos os pontos de atenção, com totem e satisfação do usuário
Ação 3 – Desenvolvimento de dashboard com dados orçamentários e assistenciais.
Ação 4 – Desenvolver e disponibilizar um painel web interativo que consolide dados assistenciais, epidemiológicos, orçamentários e de obras do Programa.
Ação 5 – Implementar as ações e Telemedicina e teleconsulta na rede assistencial do município.
<b>Eixo 6 - Formação e educação permanente</b>
Ação 1 – Ofertar cursos disponíveis em plataforma digital (Ex. Moodle com módulos autoinstrucionais) para os profissionais de vigilância em saúde ambiental.
Ação 2 – Capacitação das Equipes de Saúde (formação permanente)
Ação 3 – Cursos e oficinas de atualização para todos os profissionais da Atenção Primária, incluindo os profissionais de Saúde Indígena.



Ministério da Saúde

Programa Especial de Saúde do Rio Doce

Ressalta-se que o Plano de Ação em Saúde deverá ser incluído no Relatório Anual de Gestão (RAG) do município.

Por fim, de acordo com a cláusula 12 do Anexo 8 do Acordo Judicial homologado, os recursos recebidos pelos entes federados beneficiários serão aplicados, obrigatoriamente, em ações e serviços públicos de saúde, observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012, e não poderão ser contabilizados para os fins previstos no art. 198, § 2º, da Constituição Federal.

## 2.2 Devolutiva Técnica

Foi realizada reunião entre a equipe de elaboração do Plano de Ação e membros da governança do Programa, responsáveis pela avaliação do documento, na qual foram apresentados apontamentos para ajustes. O plano foi reenviado com os devidos ajustes já realizados. Como as alterações não modificaram substancialmente a essência das ações propostas, tratando-se apenas de melhorias de redação e esclarecimentos técnicos, não foi necessária nova apreciação pelo Conselho Municipal de Saúde.

## 3. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

### Considerações e recomendações a Contratação de Pessoal:

No **Eixo 1 - Fortalecimento e ampliação dos serviços de Atenção à Saúde**, na Ação 1 – Contratar Profissional de Saúde para 01 Equipe volante para atender o território. No **Eixo 2 – Fortalecimento e ampliação das ações e serviços de Vigilância em Saúde**, Ação 1 – Contratação de profissionais nível superior para atuação nas atividades de campo da vigilância ambiental; Ação 2 – Contratação profissionais de nível técnico para atuação em laboratório. Ação 6 – Contratação de profissionais de nível superior para atuar no monitoramento de áreas afetadas por exposição à agentes químicos. Ação 7 - Contratação de 01 profissional de nível superior para a análise de laudos e materiais técnicos recebidos do LACEN, quanto às amostras de contaminantes de água e solo.

Orientações: Contratação de pessoal

A utilização de recursos do Programa Especial de Saúde do Rio Doce para custeio de pessoal deve observar restrições específicas. Está vedada a utilização para despesas ordinárias de pessoal, ou seja, aquelas rotineiras e corriqueiras da administração pública, como pagamento de servidores efetivos, comissionados ou de vínculo permanente, mesmo que alocados nas ações previstas no plano.

É admitido o custeio de profissionais contratados temporariamente, desde que:

- Estejam exclusivamente vinculados à execução das ações pactuadas no Plano de Ação;
- A contratação seja excepcional, transitória e tecnicamente justificada;
- A contratação siga normas legais específicas do ente federado responsável, assegurando que não gere obrigações permanentes.



Ministério da Saúde  
Programa Especial de Saúde do Rio Doce

#### 4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considera-se que o Plano de Ação em Saúde encaminhado pelo município de Aracruz/ES possui os elementos descritos nas *Diretrizes para a elaboração dos Planos de Ação do Programa Especial de Saúde do Rio Doce*, contemplando ações concernentes com os problemas de saúde relatados no Diagnóstico Situacional de Saúde.

Assim, a Câmara Técnica recomenda ao Comitê Especial Tripartite (CET) a aprovação do Plano de Ação em Saúde de Aracruz/ES, nos termos desta nota técnica.

#### 5. EQUIPE DE AVALIAÇÃO

Fernando Gustavo da Vitória (Secretário de Saúde de Fundão/ES)

Gabriela Maciel dos Reis (Ministério da Saúde)

Jaqueline Francischetti (Ministério da Saúde)

Roberto da Costa Laperriere Junior (Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo)

Brasília, 31 de julho de 2025.

---

Juliana da Silva Pinto Carneiro

Presidenta da Câmara Técnica do Programa Especial de Saúde do Rio Doce

